



ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Territórios

A necessidade de reinvenção do paradigma de desenvolvimento rural – uma reflexão a partir do caso algarvio

SOUSA, Vanessa Duarte de

Mestre em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento - ISCTE, Assistente Convidada da FCHS – Universidade do Algarve

sousavanessa@sapo.pt

Resumo

Por mais políticas, programas e projectos de intervenção que se promovam, em alguns espaços rurais parece manter-se a tendência para um abandono do território, para um fraco dinamismo económico, para o acentuar das discrepâncias face aos espaços urbanos. Uns dirão que o fim de alguns espaços rurais não é uma fatalidade mas sim o resultado de um processo de mudança. Outros dirão que se poderão traçar recomeços contínuos, passados os tempos de crise, que, por vezes, conduzem a um maior dinamismo dos agentes, fruto da defesa da identidade territorial. Ainda há aqueles que, valorizando o exotismo destes espaços, vão procurando dinamizar as suas potencialidades onde a mercantilização da paisagem se torna o mote da intervenção. Da diversidade e da articulação entre os argumentos resulta a clara questão sobre como promover um maior equilíbrio na configuração espacial existente? A procura de resposta a esta questão será feita a partir da análise das dinâmicas recentes de desenvolvimento e das políticas de intervenção sobre as áreas de baixa densidade do Algarve.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural; Áreas de baixa densidade; Algarve; Políticas; Coesão sócio-territorial





Introdução¹

Os espaços rurais têm vindo a ser considerados num duplo sentido: i) enquanto espaços de produção por contraposição aos espaços urbanos que são substancialmente entendidos como espaços de consumo; ii) enquanto redutos de lazer e descanso para uso crescente e apropriação por parte dos públicos urbanos. Pouco se tem equacionado sobre a importância da relação com os espaços urbanos, considerando a inevitabilidade do seu contínuo abandono sem uma reflexão profunda sobre as possibilidades de “recomeços”. Na verdade, as perspectivas da modernização foram alimentando representações que reflectem um hiato entre os modelos de desenvolvimento de cada um destes espaços, quando podem ser bastante complementares.

O trabalho que aqui se apresenta procura identificar as dinâmicas registadas nos espaços rurais, em particular daqueles que denominamos de deprimidos (aqueles em que se revelam maiores debilidades ao nível socioeconómico e demográfico). Esta análise incide sobre a realidade algarvia, procurando, a partir daí reflectir sobre o futuro desses espaços pelo reequacionar das diferentes variáveis com influência no desenvolvimento rural.

Inicialmente, desenvolve-se uma pesquisa das políticas territoriais, entendidas como as estratégias públicas que maior impacto poderão ter sobre o território. Segue-se a identificação das principais mudanças na ocupação dos espaços, argumentando-se que a reconfiguração territorial em curso não é meramente local mas de carácter global. Por fim, destacam-se alguns dos elementos que podem apoiar na reconceptualização dos paradigmas de desenvolvimento rural, partindo da análise do contexto algarvio.

A compreensão das políticas para o território algarvio

O futuro dos espaços rurais, em particular daqueles que se encontram em situação mais debilitada depende, em muito, do conjunto de opções estratégicas a serem tomadas. Há um conjunto de instrumentos de planeamento e ordenamento do território que podem ser decisivos para o território em análise.

As políticas públicas sobre os espaços rurais estão sempre a par com a intervenção prevista para a agricultura. No entanto, pode cair-se no vazio ao associar rural a agrícola quando se sabe que a função desses espaços é cada vez menos agrícola e que nem todos os espaços agrícolas são exclusivamente rurais. Disso é exemplo o fenómeno de «rurbanização», que traduz a diversidade na apropriação dos espaços rurais e uma maior inter-relação entre os espaços rurais e urbanos (Barros, 1990:47)².

Essa relação entre agricultura e espaços rurais é claramente visível na análise do território empreendida no âmbito do PNPT (MAOTDR, 2006). Identificando-se a perda de centralidade da actividade agrícola, não deixa de se reconhecer a sua importância estratégica para o futuro, referindo que “a resposta coerente aos desafios do ordenamento dos espaços rurais, da sustentabilidade ambiental e da viabilidade económica da agricultura deve envolver uma abordagem territorial que valorize a multifuncionalidade da agricultura e a diversificação das opções dos territórios” (*id.*, *ibidem*: 46). No entanto, para estes territórios social e economicamente fragilizados tais opções podem não ser suficientes para a sua sustentabilidade.

O PNPT procura explorar as dinâmicas intra-regionais, que ficam reconhecidas em termos de duas das opções estratégicas territoriais (*id.*, *ibidem*: 109), a saber: i) “reforçar a coesão territorial e a valorização integrada de todos os territórios, em particular promovendo um modelo de ocupação sustentável para a Serra com prioridade para uma rede de pólos de excelência atractivos de actividades e usos inovadores”; ii) “proteger os espaços agrícolas e as áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas e de emparcelamento rural”. Na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), tal diferenciação ao nível regional não é assinalada assim como também não são apresentadas quaisquer metas para os espaços rurais, em concreto. Na ENDS estabelece-se como finalidade “fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e de



coesão e responsabilidade social” (Mota *et al*, 2005: 4). No entanto, não são equacionadas as disparidades territoriais existentes, assim como não se evidencia uma estratégia relacional entre o mundo rural e o mundo urbano.

O reconhecimento dos problemas de um crescimento macrocéfalo e de um desordenamento, que se estende a todo o território nacional, faz com que a atenção sobre os espaços rurais se amplie para além da dimensão agrícola mencionada. Essa necessidade de conectividade dos espaços como elemento de coesão e de maior equilíbrio na sua utilização e apropriação, exige outras componentes passem a integrar o quadro das políticas públicas. O ambiente e a paisagem são dois dos recursos recorrentemente assinalados.

Tal advém da urgência na promoção de um desenvolvimento sustentável³, que integra três dimensões fundamentais: “o desenvolvimento económico, a coesão social e a protecção do ambiente” (*id. ibidem*:9). Não há então desenvolvimento sustentável sem pessoas e, conseqüentemente, sem dinâmica económica. Estes são os grandes riscos que enfrentam os territórios deprimidos. Mas se a tendência for a de perda continuada das populações destes territórios, outros desafios se colocam ao nível da intervenção pública. Tais estarão associados à necessidade de manutenção de uma relação harmoniosa inter-territorial.

Acresce a esse olhar sobre os recursos locais a tendência de valorização do património e das identidades culturais. Quer no PNPT, quer na ENDS, essas são dimensões que transparecem como prioridades de intervenção. Ao nível nacional, fala-se da necessidade da “gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural” (*id. ibidem*: 103), e para o Algarve visa-se “garantir níveis elevados de protecção dos valores ambientais e paisagísticos e preservar os factores naturais e territoriais da competitividade turística”, assim como, “proteger e valorizar o património cultural e estruturar uma rede regional de equipamentos tendo em vista o desenvolvimento de uma base relevante de actividades culturais” (MAOTDR, *op.cit.*: 109).

Em 2002 havia sido lançado o Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade, que visava a realização de acções de animação territorial, de revitalização urbana e de qualificação dos agentes territoriais. Tal estratégia prevê-se continuada no actual Programa Operacional da Região do Algarve, tendo um domínio de intervenção especificamente orientado para a coesão territorial das áreas de baixa densidade e valorização económica dos recursos endógenos.

O Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) seguindo as linhas orientadoras do PNPT e da ENDS, em estreita ligação com a construção do QREN, tem previstas várias actuações sobre o interior algarvio, e em particular sobre a Serra. É de notar o reconhecimento das assimetrias regionais que se identifica na necessidade de actuação sobre os territórios em desertificação. No PROT não emerge um olhar exclusivamente agrícola sobre os espaços rurais, o que pode contribuir para uma multifuncionalidade que vai sendo veiculada como uma alternativa de futuro. Quando 80% do que consumimos provém do exterior e as nossas exportações agrícolas são metade das nossas importações⁴, verificamos que esta multifuncionalidade não pode servir de argumento para a continuada perda da importância agrícola nestes territórios.

Da leitura do PROT ressaltam um conjunto de desafios para a Serra no decurso das próximas décadas. De evidenciar a procura de articulação das potencialidades serranas em termos produtivos com a actividade turística que continua a ser uma aposta para a região. Em termos de alojamento turístico, a Serra pode vir a ter 20,6% do total de camas a criar em todo o Algarve. De referir, no entanto, que o Turismo em Espaço Rural (TER) revela taxas de ocupação significativamente mais baixas do que aquelas registadas para toda a hotelaria. Apesar de se revelar uma tendência de aumento neste indicador, certo é que em 2006 a taxa de ocupação em TER, ao nível nacional, era de 29,8% quando a taxa de ocupação geral era de 44,2%⁵. Um modelo de densificação de TER no território algarvio pode contemplar riscos não menosprezáveis, nomeadamente, o de inviabilizar a sustentabilidade das parcas iniciativas TER já existentes ou o de diminuir as taxas de ocupação.



Por outro lado, no PROT ainda se destacam intervenções estratégicas de carácter supra-municipal ou inter-municipal. Tudo isto é feito tendo por mote o combate à desertificação, a minimização das assimetrias regionais e a fixação de jovens nestes espaços rurais.

De destacar ainda a necessidade de articulação de todas estas estratégias e acções com a Iniciativa Comunitária LEADER+⁶ em fase de implementação até 2008 e que será continuada ao nível nacional pelo Plano de Desenvolvimento Rural. O Plano de Desenvolvimento Local (previsto em cada território LEADER) é operacionalizado através de equipas que mantêm um contacto próximo com as populações e auscultam sobre as suas necessidades. Desta forma, é possível encontrar as soluções mais adequadas para as pessoas. Esta iniciativa propõe alternativas de qualificação e de investimento que não são possíveis de encontrar noutros tipos de financiamento (de que são exemplo os apoios fornecidos a pequenas iniciativas empresariais).

Desta leitura do conjunto das políticas, é possível fazer um balanço reconhecendo a existência de intencionalidades de intervenção sobre os espaços rurais deprimidos. Nem sempre expressas objectivamente, ou nem sempre direccionadas em exclusivo para esses espaços, certo é que se vão reconhecendo as disparidades territoriais existentes, não apenas em termos de diagnóstico mas também através de projectos de desenvolvimento.

Uma análise dos processos de reconfiguração territorial – das tendências globais ao caso regional

As últimas décadas têm sido marcadas por um processo de urbanização à escala global. Ao mesmo tempo que se sedimentam as metrópoles, vão emergindo megalópoles que apelam à discussão sobre a capacidade de carga sobre os territórios. Segundo a United Nations Population Fund, em 1800 apenas 3% da população mundial vivia em cidades, e a maior cidade era a de Londres com cerca de 1 milhão de habitantes. Para 2020, projecta-se que 20 cidades no mundo tenham mais de 20 milhões de habitantes. Os próximos anos serão marcados por um território global maioritariamente urbano.

Se a tendência actual é de crescente urbanização dos espaços, podendo pôr em risco a sobrevivência de outros incapazes de lidar com as rápidas mudanças que a modernidade acarreta, certo é que a história de ocupação do território português é marcado por grandes alterações. Portugal foi, tradicionalmente, um país de emigrantes, mas hoje já se fala da importância da imigração como forma de contenção do envelhecimento em curso. As dinâmicas de ocupação do espaço estão associadas às mudanças sociais e económicas que se foram registando no país.

No final do século XIX já se registavam fenómenos migratórios para as colónias e ex-colónias portuguesas, nomeadamente para África e Brasil. O pólo de atracção demográfica situava-se no Entre Douro e Minho, e o Algarve era marcado por uma forte densidade rural a que se associava a ligação das 'velhas cidades litorais' de Faro, Olhão e Lagos.

No início do século XX regista-se um grande crescimento da população, mais acentuado nas vilas do país. Nesta altura intensifica-se a ocupação do espaço litoral algarvio.

No decurso da primeira metade do século XX mantém-se o crescimento rápido da população portuguesa assim como a densificação do Algarve. É entre a década de 60 e 70 do século passado que se registam as maiores perdas de população, devidas ao êxodo rural e emigração acelerados. *“Os campos pouco povoados esvaziam-se, mas também os mais explorados perdem um pouco da sua substância humana: Portugal recua de forma decisiva. A entrada da civilização urbana do mundo contemporâneo opera-se – mas não sem desequilíbrios nem sofrimentos.”* (Guichard, 1982: 23). O Algarve, que tinha registado uma tendência de densificação dos espaços rurais, perde substancialmente essa população para o litoral regional, onde se começa a desenvolver a actividade turística. Este é um momento decisivo na transformação da ocupação do espaço regional.



De 1970 para 1980 regista-se um novo saldo positivo da população em resultado das migrações das ex-colónias, assim como das limitações por parte de países acolhedores da emigração portuguesa (caso da França e da Alemanha).

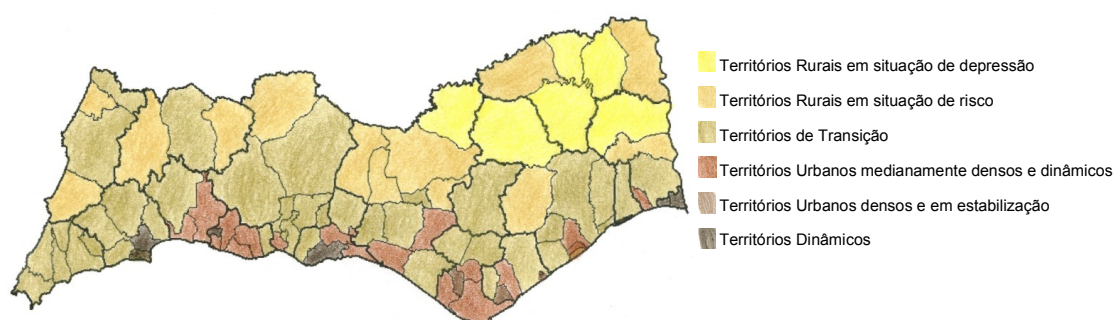
De acordo com os últimos cenários demográficos lançados, o Algarve será a região do país que registará um maior crescimento demográfico (19,2% de 2003 a 2050), quando o país perderá 11% da sua população⁷. É certo, no entanto, que esse cenário está dependente da imigração que se tem vindo a registar, assim como da manutenção da sua posição enquanto motor de desenvolvimento turístico.

No entanto, relativamente às dinâmicas de crescente urbanização, tal é igualmente uma nota a destacar no quadro nacional e regional. Em Portugal, em 1950 cerca de 20% da sua população era urbana passando para quase o dobro em 1990 (Comissão Europeia, s/d). Em 2001, a população urbana no país cifrava-se em mais de 75% (MAOTDR, 2006). No I Recenseamento Geral da População, realizado em 1864, apenas 7 freguesias em todo o Algarve eram consideradas urbanas e registava-se uma taxa de urbanização de 17,2%⁸. Em 2001, a população urbana regional representava 71,9% do total da população e 29 freguesias eram consideradas áreas predominantemente urbanas (APU's). Seguindo as tendências nacionais e mesmo mundiais, no último período intercensitário, a população urbana cresceu 22,9%, a população a viver em áreas medianamente urbanas (AMU's) sofreu um aumento de 31,4% e a população rural sofreu uma perda de 15,1%. Se, em 1991, a população rural representava 21,2% do total da população regional, em 2001 passa a ser apenas de 15,5%.

Ao nível concelhio, o maior crescimento da população urbana no último período intercensitário deu-se no concelho de Albufeira (com uma variação de 73,3%), seguindo-se o concelho de Loulé (com um aumento de 41,5%). Em paralelo, Albufeira, Castro Marim, Lagoa e Portimão registaram perdas da população rural superiores a 50%.

Para além das dinâmicas de ocupação do espaço relacionadas com as dinâmicas demográficas, há um outro conjunto de mudanças em curso que permitem traçar perfis muito distintos em todo o território algarvio⁹. Sem dúvida que a distinção assente nas áreas naturais – litoral, barrocal, serra – continua a apoiar na clarificação das assimetrias regionais, mas não é suficientemente exaustiva para captar as dinâmicas de carácter mais localizado.

Mapa 1. Freguesias do Algarve segundo a tipologia das dinâmicas territoriais emergentes



Fonte: Mapa – CCDRALG. Tratamento próprio dos dados.

Desse enfoque dado às dinâmicas territoriais regionais foi possível a identificação de seis territórios distintos, a saber:

i) Territórios urbanos dinâmicos – Aqui se incluem APU's (excepção feita a uma freguesia) com um crescimento positivo da população no último período intercensitário (a variar entre os 9% e os 52%). São áreas urbanas medianamente densas (entre 559 e 994 hab./km²). Têm os índices de dependência total e de



envelhecimento mais baixos da região. Contempla as freguesias com taxas de analfabetismo mais baixas e as taxas de actividade mais elevadas. Revelam, igualmente, a maior capacidade de renovação da mão-de-obra.

ii) Territórios urbanos densos e em estabilização – Engloba apenas 3 freguesias, todas de litoral (à semelhança dos territórios anteriores). São os que revelam maior número de equipamentos e infra-estruturas de apoio à população. Têm performances semelhantes ao grupo anterior no que respeita à qualificação da sua mão-de-obra: com as mais baixas taxas de analfabetismo e com a maior proporção de população com escolaridade superior ao ensino obrigatório. Revelam taxas de actividade mais baixas do que o grupo anterior e índices de envelhecimento mais elevados.

iii) Territórios urbanos medianamente densos e dinâmicos – Tratam-se de APU's e AMU's, sendo que praticamente todos fazem fronteira com os territórios anteriormente descritos. A maior parte registou um crescimento positivo da população no último período intercensitário. Têm densidades populacionais mais baixas, assim como performances menos positivas em termos de qualificação e emprego, por comparação com os territórios referenciados anteriormente. No entanto, encontram-se numa posição mais favorável do que as áreas urbanas incluídas nos territórios de transição.

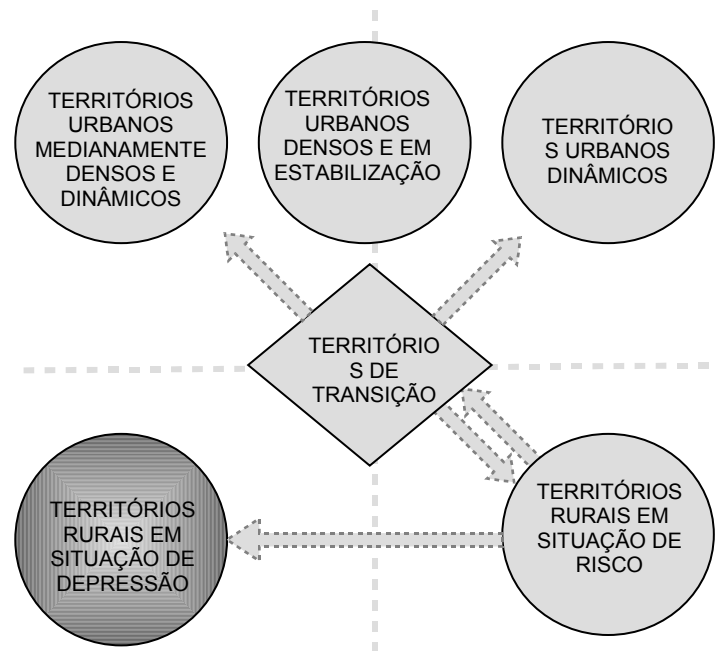
iv) Territórios de transição – inclui uma heterogeneidade de territórios em termos de tipologia espacial, sendo, em simultâneo, o grupo com maior número de freguesias. Aqui se incluem as áreas rurais com performances mais positivas nos vários indicadores em análise, e as áreas urbanas com as performances mais frágeis. Em geral, têm valores muito similares nos vários indicadores. Assim, em termos de densidade populacional variam entre os 15 e os 158 hab./ km². Têm índices de envelhecimento a variar entre os 82% e os 275% e os índices de dependência total de 41% a 69%. As taxas de actividade variam entre os 38% e 53%.

v) Territórios rurais em situação de risco – inclui APR's (excepção feita a uma freguesia - Alcoutim), a sua maioria situada no interior serrano (quer do Sotavento quer do Barlavento Algarvio). Registam performances mais negativas do que os territórios anteriores mas não tão gravosas como os territórios rurais em situação de depressão. Os índices de envelhecimento variam entre os 318% e 526% e os índices de dependência total tem uma amplitude que vai dos 71% aos 102%. Os índices de renovação da população em idade activa são baixos – situando-se entre os 35% e os 57%. Revelam performances muito negativas em termos de qualificação: com uma percentagem baixa de população que excede a escolaridade mínima obrigatória e com taxas de analfabetismo altas. Não são, no entanto, tão frágeis ao nível das taxas de actividade, que variam entre 31% e 50%.

vi) Territórios rurais em situação de depressão – São, sem dúvida, os territórios que revelam mais fragilidades ao nível regional, estando localizados na Serra do Caldeirão. Todos revelaram perdas populacionais superiores a 20% no último período intercensitário e todos têm densidades populacionais inferiores a 10 hab./ km². Revelam ainda índices de dependência total superiores a 100% e índices de envelhecimento superiores a 700%. As taxas de actividade geral e feminina são as mais baixas da região. Em termos qualificacionais revelam as mais elevadas taxas de analfabetismo e menos de 11% da população atingiu a escolaridade mínima obrigatória.



Figura 1. Tipologia de Territórios no Algarve



Fonte: Própria

Embora não seja possível dispor de dados mais refinados ao nível da freguesia, para complemento da análise das tendências optou-se pela selecção de alguns municípios que podem funcionar como “sensores” das dinâmicas mais recentes nos espaços rurais. Seleccionaram-se os municípios apenas compostos por freguesias medianamente urbanas e predominantemente rurais, assim como detentores das mais elevadas taxas de população rural no último período censitário, a saber: Alcoutim, Aljezur, Castro Marim e Vila do Bispo. Acrescentou-se à análise o concelho de Monchique pelas fragilidades demográficas que vêm revelando nos últimos anos.

Conclui-se que os concelhos de Aljezur e Vila do Bispo vão mantendo tendência de estabilização da sua população. No entanto, Alcoutim, Castro Marim e Monchique revelam dinâmicas demográficas frágeis. De referir que, desde o I Recenseamento Geral da População nunca se registou um nível populacional tão baixo como aquele que se verifica actualmente. A título de exemplo refira-se que, em 2006, o concelho de Alcoutim tinha 28,5% da população que registava em 1950 e prevê-se que entre 1991 e 2011 tenha perdas de cerca de 33% da sua população. De 2001 a 2006, Alcoutim e Monchique perderam mais de 10% da população e Castro Marim cerca de 2%. Os salários dos trabalhadores de Alcoutim, Aljezur e Monchique são inferiores em mais de 150€ face aos salários médios regionais. Os municípios de Alcoutim e Monchique licenciaram menos de 30 fogos para habitação própria, em 2005¹⁰. Estes são alguns indicadores adicionais que permitem concluir pela fragilidade dos territórios rurais algarvios. Demonstram também a incapacidade de políticas e programas públicos anteriores em inverter as tendências de abandono destes espaços.

Num quadro de grande diversidade de comportamentos espaciais, o Algarve, que para a maioria dos portugueses é entendido como o palco do descanso e do lazer (associado ao sol e praia), apresenta uma clara necessidade de reequacionamento do seu modelo territorial. Os territórios deprimidos são já uma preocupação, mas há outros igualmente em risco que é necessário ter em consideração.



Os novos questionamentos sobre o desenvolvimento rural

Face ao contexto e às dinâmicas identificadas, considera-se fundamental levar em consideração um conjunto de variáveis que podem ser determinantes no reequacionar do futuro dos espaços rurais, com particular ênfase para a realidade algarvia.

Um dos elementos que se relaciona directamente com as dinâmicas demográficas, reporta-se à equidade no acesso a serviços e equipamentos colectivos. Na verdade, o acesso a estes é, na grande parte das vezes, mediado por mobilidades frequentes dos espaços rurais para os espaços urbanos. O argumento da eficiência económica tem contribuído para o alimentar das disparidades territoriais. É certo que os espaços rurais não têm de ter o mesmo que os espaços urbanos, mas os seus habitantes não têm de ver o abandono como uma inevitabilidade face à indisponibilidade dos meios propiciadores de melhores padrões de vida. A opção por projectos supra-municipais, como de resto vem sendo assinalado como parte da estratégia regional, pode ser uma via para minimizar “os custos da interioridade”. Por outro lado, não podemos deixar de referir que as necessidades sociais têm valor próprio e por isso a sua supressão não deve ser vista numa lógica de mercado (de benefícios económicos), como muitas vezes se argumenta (Bruto da Costa, 2001).

Outra dimensão importante reporta-se ao acesso à habitação e aos preços dos solos. É um facto que há condicionantes claras à construção de habitação na zona serrana. O PROT Algarve pode aliviar parte da tensão existente mas não apoia a construção desregrada e dispersa que tem caracterizado a implantação do edificado nos últimos anos, no Barrocal e na Serra algarvia. A sustentabilidade ambiental tem de ser assegurada por um ordenamento do espaço, que nem sempre entra em consenso com a estratégia dos actores – autarquias, construtores e agentes imobiliários, etc. Por isso, à falta de regulação na componente da venda de habitação, a apropriação residencial nestes espaços poderá continuar a ser um nicho de mercado reservado à população estrangeira, dotada de maiores recursos económicos e que procura nestes espaços um reduto de paisagem e de clima que não encontra no país de origem.

Parece existir alguma contradição quando se fala na necessidade de uma independência do sector público face ao privado e parte significativa do financiamento público depende das dinâmicas do mercado. A título de exemplo refira-se que mais de 50% das receitas das autarquias de Portimão e de Loulé, em 2005, provinham das dinâmicas do sector imobiliário (IMT e IMI). Alcoutim e Monchique eram os dois únicos concelhos com menos de 10% de receitas a este nível. A regulação dos preços dos solos, entendida como parte de uma política social para estes territórios, poderia apoiar na fixação das populações a estes espaços. A componente especulativa associada ao mercado de venda de habitações tem sido um contributo, entre muitos, para o abandono destes espaços. Em contrapartida, territórios do litoral mais dinâmicos conseguem assegurar competitividade neste mercado, alimentando uma intervenção mais activa por parte dos próprios municípios.

Difícilmente se pode falar na possibilidade de construção ou aquisição de habitação como residência principal nos espaços rurais se não se reflectir sobre a dimensão relativa às acessibilidades. Essa dificuldade é visível quer na escassez de transportes públicos, quer nas condições das deslocações. Enquanto for possível para as pessoas adquirirem habitação a preços equilibrados nas cidades, dificilmente vislumbrarão na serra uma alternativa. Por outro lado, o Algarve detém características únicas no que respeita ao perfil de ocupação do seu espaço.

Fruto da pressão turística que se foi registando no litoral, muitos estrangeiros viram a possibilidade de adquirirem uma segunda habitação na zona do barrocal a «preços convidativos». À custa disso criou-se um mercado de venda de terrenos com ruínas e de moradias especificamente destinado a esse público – maioritariamente constituído por indivíduos com origem nos países do Norte da Europa Ocidental (com particular ênfase na comunidade inglesa e alemã). Se por relação com o seu nível de vida, a aquisição de uma segunda habitação no Algarve ainda é uma oportunidade, o mesmo não sucede para os nacionais que queiram residir no interior. Por outro lado, aqueles que residem nos espaços rurais vêem o público



estrangeiro como uma oportunidade de rentabilizar o seu património. A aquisição de uma casa no campo torna-se cada vez mais, no contexto regional, um luxo reservado a uma minoria.

A melhoria das acessibilidades ao litoral, em particular no que respeita à rede viária, poderá ser importante como forma de articulação e de conectividade entre espaços. No entanto, não se podem excluir esses riscos ao nível da especulação imobiliária, muito visível na região. Tal só é possível de controlar pela regulação sobre os preços dos solos, como de resto reivindicado anteriormente.

Borja e Castells (2004) consideram existir uma dominação dos espaços de fluxos sobre os espaços de lugares. Referem existir uma integração dos fluxos mas uma cada vez maior fragmentação dos lugares. Uma melhoria das mobilidades, pela via das acessibilidades e transportes, poderia permitir fluxos de espaços contributivos da integração dos espaços de lugares.

É certo que as cidades são, por excelência, o palco das oportunidades de inserção profissional. Qualquer estratégia de investimento na criação de emprego local nos espaços rurais nunca poderá assegurar um efectivo significativo de trabalhadores. Se se registassem melhorias nas acessibilidades, talvez se conseguissem garantir relações equilibradas entre cidade e campo.

Há uma outra reflexão que deve ser equacionada e que respeita às funções económicas que podem ter viabilidade neste tipo de espaços. Tradicionalmente, o rural foi sendo associado à produção agrícola pois essa era a sua função central. Hoje em dia, colocam-se novos desafios e alguns riscos que não podem ser menosprezados.

Refira-se, em primeiro lugar, a reflexão sobre a função agrícola. A subsistência dos meios urbanos pode ficar em risco se não se garantir a produção alimentar. A situação portuguesa é realmente preocupante a este nível. De um país essencialmente agrícola, passou-se a uma dependência estruturante na importação de produtos agrícolas. A função agrícola dos espaços rurais tem de continuar a ser pensada e equacionada. Não é menos verdade que as condições morfológicas e o regime de propriedade microfundário predominante da serra do Caldeirão não são as mais propícias para a produção em média e larga escala. Mas em todo o Algarve há um saber serrano que não pode ser esquecido ou menosprezado. Esta é a região do Continente com menos produtos de qualidade certificados, tendo o território, no entanto, valias consideráveis no domínio agro-alimentar, como sejam: presuntos e enchidos, queijo de cabra, licores e aguardente de medronho, pão, mel, ervas aromáticas, doces e compotas, frutos secos (alfarroba e amêndoa), etc.

Sabendo que a concorrência da agricultura se faz, à semelhança de qualquer outra actividade económica, à escala global, as respostas têm de ser também a essas escalas. Face ao actual quadro da actividade agrícola mundial, emergem dois modelos distintos de produção (Moreira, 2001): i) mercado mundial de produtos massificados – que fazem uso de tecnologias para aumento da produção e consequente diminuição dos custos associados¹¹; ii) mercado de ‘nichos de produtos agrícolas’ e emergência de ‘novos actores’ – geralmente destinado a indivíduos com um elevado nível de compra traduzindo-se na procura de produtos de denominações locais ou de qualidade e que acabam por se tornar em alternativas aos agricultores que não conseguem competir à escala global numa lógica massificada (onde se enquadram o ‘consumidor-saúde’, o ‘produtor-verde’, o comércio justo, etc.). Se não é pela extensividade que se pode entrar neste processo terá de ser com certeza pela via da inovação e pela qualidade da oferta – tratando-se de um nicho orientado para grupos com maior poder de compra, mas que poderá dar algumas garantias de sustentabilidade a este tipo de territórios.

Mesmo que se equacione a produção para pequenos nichos de mercado é preciso lembrar que se está perante pequenos produtores, na sua grande maioria com idades avançadas. Alguns aproveitam as oportunidades trazidas por feiras ou mercados como forma de complemento às parcas reformas que recebem, pelo que são vendidos os excedentes da produção. Parte também não tem a sua actividade legalizada e outros nem sequer terão condições para o fazer. Apesar destes constrangimentos não se pode



esquecer que muitos já reconheceram as potencialidades dos seus saberes tradicionais e disso são exemplo algumas empresas ou empresários individuais que vão tendo sucesso neste ramo de actividade.

Podem desafiar-se as zonas deprimidas do país para a emergência de outras «localidades» que façam enquadrar estes territórios como agentes colectivos da mudança, beneficiando do que o processo de globalização pode significar enquanto campo de oportunidades. Aos desafios da redinamização global pode contrapor-se a passividade no processo de globalização (Fortuna, 1997: 16). Mas se tudo isto é fácil de dizer, como garantir a sustentabilidade agrícola ou a redinamização global destes territórios, se aqueles que lhes dariam sustentabilidade humana continuam a «abalar»?

Estes territórios têm recursos que podem ser rentabilizados. Tais opções não devem, no entanto, ser tomadas sem olhar a consequências e sem ter em consideração os riscos associados à globalização em curso. Portela arrisca mesmo dizer que “*como sucede alhures, há em Portugal – um lugarzinho da «aldeia global» - representação condigna de cúmplices, interessados, aliados e beneficiários do liberalismo imperante.*” (2005: 198).

O conjunto de políticas para estes espaços orienta-se para a sua revitalização económica pela via do turismo. Não deixam de equacionar a componente agrícola, mas são sublinhadas as diferentes oportunidades que o território apresenta enquanto alternativa ao modelo tradicional de desenvolvimento turístico de «sol e praia».

Seja ao nível agrícola, seja ao nível turístico, é mais do que evidente que estes territórios estão dependentes de uma intervenção externa. Na verdade, qualquer pressuposto ideológico de actuação assente, meramente, nos recursos endógenos terá insucesso garantido nos seus resultados. É possível um aproveitamento destes territórios para fins turísticos desde que não se opte pela lógica «guetizada». Empresários, turistas e comunidade do território podem ser parte de uma estratégia concertada e que beneficie a todos. Os locais podem não sair beneficiados se se promoverem actividades turísticas auto-centradas – ou seja, se no conjunto das actividades não for tida em conta a envolvente e a articulação com os recursos locais existentes como complementares a essas actividades.

O turismo encontra-se cada vez menos associado à exclusividade do alojamento e surge cada vez mais interligado com outras componentes, donde a dimensão cultural emerge com importância central. Sem dúvida que tal pode ser um incentivo à valorização das práticas culturais de cariz mais tradicional e, com isso, se conseguir preservar a identidade local. A tendência é, claramente, a de mercantilização crescente dos bens e serviços, como nos refere Castel (2001). A partir do momento em que aqueles que guardam nas memórias histórias de outros tempos e que apresentam práticas que fogem ao modelo «estandardizado» do modo de vida urbano virem que tal tem valor, e um valor económico traduzindo-se em algo que neste capitalismo global pode ser mercantilizado, então estes espaços mudarão, e muito. Tal pode ser positivo em termos da valorização dos seus modos de vida e um contributo para a auto-estima destas pessoas, que mediadas por um modelo de desenvolvimento dominante vão menosprezando aquilo que têm. No entanto, não é menor o risco da «folclorização» das suas práticas culturais.

Se são várias as opções que se colocam a estes territórios, também podem ser diversificadas as frentes de actuação. Não se pode reivindicar apenas pela intervenção turística como o único campo de oportunidades. O turismo tem surgido, muitas vezes, como a «solução para todos os problemas», quando tal é revelador de fragilidades em termos da criatividade sobre os territórios. Outro facto é que a sociedade ocidental não pode ser, como nos refere Touraine (*cit. in* Diaz e Frutos, 2003), uma mera sociedade do ócio porque assim será uma sociedade ficção. Ou seja, esta contínua tendência de terciarização dos serviços e, no caso específico do Algarve, de centramento nas dinâmicas associadas ao turismo e lazer, não subsiste por si só.

Já foram analisadas algumas das oportunidades e alternativas que estes territórios apresentam. Outra não menos importante diz respeito à sua função ambiental. Nem todos os espaços podem e devem ser urbanos – mesmo que tal correspondesse, hipoteticamente, ao modelo de referência de todos os cidadãos. Os espaços verdes, a paisagem natural, as reservas ecológicas, continuam a ser fundamentais enquanto



«pulmão» e como reduto de descanso e de lazer para os cidadãos. Pensar nestes territórios pelo seu valor paisagístico não significa diminuir-lhes a sua importância. Muito pelo contrário, pode significar atribuir uma responsabilidade nem sempre tida em devida consideração.

De toda esta análise decorre um argumento que contraria algumas das abordagens metodológicas do planeamento estratégico: a de que estes territórios – como qualquer território rural – terão a ganhar se sobre eles se apostar na diversidade e não em estratégias unidireccionais de desenvolvimento. Um território não tem de ser “uma coisa”, pode ser e é, grande parte das vezes, “muitas coisas”.

Conclusão

É sabido que o ingrediente que alimenta o capitalismo de mercado é o crescimento económico. Se a tese da necessidade de decrescimento não é nova¹² a verdade é que adquire cada vez mais sentido. Sabemos que foi possível fazer avanços significativos em termos de qualidade de vida, mas não se conseguiram resolver os problemas graves de desigualdades sociais ao nível mundial. Aumentam-se os consumos, mas aumenta também a população que passa fome e que vive em situação de pobreza.

Numa altura em que o modelo de desenvolvimento económico começa a revelar alguns sinais de falência, os espaços rurais – em particular, os seus modelos de produção e de sustentação – revelam-se como campos privilegiados para uma pedagogia dos consumos. Se nos espaços urbanos se apela à reciclagem por se tratarem de espaços de desperdício, os espaços rurais sempre foram caracterizados por lógicas de reaproveitamento. A sustentabilidade que se vem reivindicando nas últimas décadas, desde sempre foi um modelo de garante do equilíbrio nos espaços rurais. Estes são domínios em que rural e urbano podem ter uma actuação de complementaridade.

Por outro lado, se é certo que é visível um processo crescente de urbanização dos espaços rurais, não deixa de ser evidente a emergência de sinais de ruralização dos espaços urbanos. Disso são exemplo os cabazes da horta, o desenvolvimento dos consumos biológicos e dos produtos de qualidade, a proliferação das hortas urbanas, etc. Paradoxalmente, o rural no urbano parece operar como factor de distinção social. O outrora pobre, ultrapassado, subdesenvolvido é visto como exótico, raro e, por isso, tendencialmente mais caro e só acessível para poucos.

Todos estes são sinais de que rural e urbano não são duas moedas distintas, mas são as faces da mesma moeda. E por isso, urge equacionar cada vez mais uma relação activa e interdependente entre estes espaços.

Bibliografia

ALMEIDA, António Frago (2002), *Procesos de Desarrollo Local en la Freguesia de Cachopo (Portugal)*, Sevilha, Tese de Doutoramento – Universidade de Sevilha.

BARROS, Afonso de (1990), “A Sociologia Rural perante a problemática do espaço”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, volume nº 8, 43-53.

BECK, Ulrich (1998), *La sociedad del riesgo – Hacia una nueva modernidad*, Paidós, Barcelona.

BORJA, Jordi e Manuel Castells (2004), *Local Y Global – La gestión de las ciudades en la era de la información*, 7ª edição, Madrid, Taurus.

CASTEL, Robert (2001), *As metamorfoses da questão social – Uma crónica do salário*, 3ª edição, Petrópolis, Editora Vozes.

Comissão Europeia (s/d), *A Europa das Cidades – Acções Comunitárias em Meio Urbano*, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.



COSTA, Alfredo Bruto da (2001), *Direitos Sociais e Políticas Sociais*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade – PROFISS.

COVAS, António (2004), *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*, Lisboa, Edições Colibri.

DÍAZ, Antonio e Álvaro Frutos (2003), “La dimensión socioestructural del turismo” em Ángeles Rubio Gil (org.), *Sociología del Turismo*, Barcelona, Ariel Turismo.

FORTUNA, Carlos (org.) (1997), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta Editora.

GUICHARD, François (1982), *Atlas Demográfico de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte.

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2006), *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – Relatório*, Lisboa, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

MOTA, Isabel, Mário Pinto, Jorge Vasconcelos e Sá, Viriato Soromenho Marques e José Félix Ribeiro (2005), *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS – 2005-2015*, Lisboa, DPP.

MOREIRA, Manuel Belo (2001), *Globalização e Agricultura – Zonas Rurais Desfavorecidas*, Oeiras, Celta.

PORTELA, José (2005), “Sonhos de pais e filhos, escola e assimetrias sociais. Reflexão em torno de Portugal rural” em Manuel Carlos Silva, Ana Paula Marques e Rosa Cabecinhas (orgs.), *Desenvolvimento e assimetrias sócio-espaciais – Perspectivas teóricas e estudos de caso*, Braga, Núcleo de Estudos em Sociologia/ Universidade do Minho e Inovação à Leitura, 195-248.

¹ Esta comunicação tem por base algumas das conclusões retiradas no âmbito da Dissertação de Mestrado em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento - ISCTE, submetida ao tema: “Desenvolvimento e Mudança nos Territórios Rurais Deprimidos – O caso dos Jovens da Freguesia de Cachopo (Tavira)” – Agosto de 2006.

² A este respeito Barros (*op.cit.*: 48) identifica uma tipologia referente aos relacionamentos entre cidade e campo, a saber: i) “viver no campo e trabalhar na cidade”; ii) “viver na cidade e trabalhar no campo”; iii) “viver e trabalhar na cidade e usar o campo para efeitos de tempos livres”; iv) “viver e trabalhar na cidade e manter relações regulares com familiares que vivem no campo e inversamente”; v) “viver e trabalhar no campo em articulação com a cidade”.

³ Conceito que pode ser integrado numa corrente teórica designada de populismo e que vem reivindicar os limites ao crescimento económico, apelando à componente humana e ambiental que deve fazer parte de qualquer processo de desenvolvimento. Neste domínio inscreve-se com grande ênfase o conceito de desenvolvimento sustentável lançado na Cimeira da Terra em 1992 e reafirmado no Relatório Brundtland como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (cit. in Mota e tal, 2005:9). Ulrich Beck é igualmente uma referência neste domínio com a sua obra sobre a sociedade de risco (1998). Para maior aprofundamento sobre o populismo leia-se Almeida (2002).

⁴ Fonte: CONFAGRI

⁵ Fonte: Direcção Geral de Turismo.

⁶ Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural.

⁷ Fonte: INE.

⁸ Fonte: INE. Cálculo próprio do indicador.

⁹ Com o objectivo de captar essas diferenças territoriais criou-se uma base de dados com vários indicadores relacionados com as seguintes dimensões de análise: demografia, emprego, qualificação e acesso a equipamentos e serviços.

¹⁰ Dados do INE.

¹¹ Que se reflecte na «macdonaldização» do consumo enquanto expressão da cultura de massas (Covas, 2004: 80-82).

¹² Veja-se a este respeito GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas (1979), *Demais la décroissance*, Paris, Editions Pierre-Marcel Favre.